

Estimados leitores,

Temos a satisfação de publicar o primeiro número especial da **Revista Geoconexões Online**. Nesta edição apresentamos o tema cidade e campo: revisões teóricas e metodológicas. Inspirados em Paulo Freire tentamos cumprir essa tarefa na condição de aprendente. Muito mais do que recomendar a leitura dos textos, de quem a fez de forma pioneira, preferimos anunciar a alegria da aprendizagem, do diálogo acadêmico e das descobertas.

Este Dossiê reuniu autores/as de diversas instituições e países, a partir de suas experiências profissionais e acadêmicas, para que expressassem a partir da escrita, reflexões sobre o tempo presente e os desafios que nos foram impostos pela pandemia da COVID 19 e que nos exigiram novas formas de ser e viver em sociedade.

Registrar esse momento é desafiador, mas também é uma importante demonstração de compromisso com o registro histórico das ações e lutas em defesa dos direitos das pessoas e da preservação da vida. Os textos nos conduzem a refletir, questionar, problematizar, criar, aprender com as experiências e nos inspirar a novas ações.

Acredito que este Dossiê no seu conteúdo e na sua forma representa um importante material para consultas, pesquisas e análises sobre os efeitos da pandemia nos diferentes aspectos e instâncias sociais, devido à sua diversidade de temas, clareza na linguagem, importância teórica e interdisciplinar, que reforçam o papel das ciências humanas e sociais para o registro dos diversos aspectos e dimensões do social diante dessa desafiadora e complexa emergência global.

Nessa guisa, a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável inclui o Pacto Global que em seu escopo, assegura: “tratar todos os aspectos da migração internacional, incluindo as questões de tipo humanitário, de desenvolvimento e de direitos humanos, entre outros aspectos contribuir para a governança mundial e fortalecer a cooperação sobre migração internacional, bem como, criar um marco legal para uma cooperação internacional integral que beneficie aos migrantes à mobilidade humana” (Pacto Global para Migração, ONU). Além disso, o atual cenário de Pandemia provoca outras reflexões na questão migratória: a desproteção e a vulnerabilidade social. As condições sociais e econômicas impostas agravaram os problemas na recepção dos migrantes nacional e internacionalmente.

A própria COVID 19 atribuiu mais um estigma a pessoa migrante, de modo que, as fronteiras se fecharam ainda mais, negando os pedidos de ajuda humanitária. Segundo a ONU, somente em 2019 o número de migrantes internacionais no mundo chegou a 272 milhões. O “novo relatório da OIM analisa dados relacionados a conflitos, crises econômicas, eventos climáticos e outros; número e proporção estimados de migrantes internacionais ultrapassaram algumas projeções feitas para 2050; mais de 6 em cada 10 migrantes são mulheres e crianças” (Relatório de Migração Global 2020, ONU).

Nesta perspectiva, o Dossiê em tela “*Histórias, fronteiras e pandemias: os desafios dos países e as doenças sem fronteiras*”, tem como nota de entrada o artigo intitulado “***Las acciones de la Organización de las Naciones Unidas contra la pandemia de COVID-19***”, que analisa as ações da Organização das Nações Unidas – ONU, precisamente a partir do trabalho da Organização Mundial da Saúde – OMS na pandemia causada pela COVID 19. O estudo é importante porque aborda como os desafios a serem enfrentados pelos países impactam de forma desigual às nações, exigem dos governos e instituições ações de enfrentamento de combate à pandemia e suas consequências, especialmente quanto à emergência de saúde pública, seu impacto social e a necessária ajuda econômica para recuperação dos países em situação de maior vulnerabilidade. Por fim o texto questiona se a ajuda humanitária atinge a todos e todas e se esta tem efetivamente contribuído para minimizar os efeitos da pandemia nos diferentes contextos e realidades.

No segundo artigo, “***Iguais perante a lei***”: ***barreiras na efetivação do direito à educação no contexto da pandemia do COVID-19***, nos mostra que a educação apesar de ser um direito fundamental, historicamente, se constituiu como um privilégio no nosso país. Os autores reconhecem que nos últimos anos foram criadas importantes políticas públicas e programas que, embora apresentassem limitações e influência do mercado educacional, contribuíram sobremaneira para minimizar a desigualdade de oportunidades quanto ao acesso à educação. Tais políticas têm sido ameaçadas e/ou destruídas representando um retrocesso e uma forte retomada à exclusão. A situação foi agravada pela pandemia submetendo os jovens a um ensino remoto precário e incompatível com a igualdade nas condições de acesso a uma educação de qualidade como direito de todas as pessoas.

O terceiro artigo “**Reflexões acerca do retorno seguro das atividades presenciais na Educação Infantil**”, enfoca uma discussão fundamental sobre os impactos da pandemia no âmbito da primeira etapa da educação básica. O texto demonstra que o direito à educação da criança pequena, que envolve o cuidado, o brincar, a convivência com os pares, o estabelecimento de vínculos entre outras questões, ficou significativamente ameaçado com o distanciamento das crianças das instituições, o que pode trazer consequências importantes para o seu desenvolvimento. Insta ressaltar que o artigo destaca a importância das conquistas e avanços legais da educação infantil nos últimos anos e nos revela uma escuta atenta às falas das profissionais da educação infantil que, cotidianamente, vivenciam o chão das creches e pré-escolas e que, por isso mesmo, precisam ser valorizadas e ouvidas para um retorno seguro às atividades presenciais das crianças pequenas às instituições de Educação Infantil.

Não obstante, o quarto artigo intitulado “**A atuação do poder judiciário na instrução processual como garantia do direito das partes a uma lide justa: reflexos na pandemia**” nos desafia à refletir sobre os poderes instrutórios do juiz como um importante mecanismo na busca da justiça, sem que isso comprometa a sua imparcialidade. O artigo nos instiga a pensar sobre qual o papel do juiz no atual contexto histórico? Como deve buscar a verdade dos fatos sem comprometer os princípios da igualdade das partes, do contraditório e da imparcialidade? Insta destacar que o autor faz uma interessante referência ao Código de Processo Civil Português, sobre o princípio do inquisitório e como o seu ordenamento jurídico orienta, a busca de um julgamento equitativo e justo, atribuindo ao juiz certa liberdade e autonomia, a partir da inspeção judicial, sempre que julgar necessário. Por fim, os autores reiteram o esforço do poder judiciário para manter o seu trabalho no contexto pandêmico de modo a garantir às pessoas o acesso à justiça, ainda que remotamente.

No quinto artigo “**Memoria de violencias infantiles que van más allá del tránsito migratorio: destrucción de apegos seguros**” discute de forma sensível e reflexiva sobre a imigração, especialmente, sobre como este fenômeno afeta a vida das crianças, adolescentes e jovens, suas memórias, sentimentos, emoções e projetos de vida, já que sintetiza no mesmo fenômeno diversas faces da violência, ignorando os direitos fundamentais à dignidade humana. Esse processo que marca seriamente a vida de muitas famílias foi significativamente agravado no contexto pandêmico. Os autores dão visibilidade a esta realidade que expõe os sujeitos a diversas situações

de vulnerabilidade que ameaçam suas vidas e sonhos, por vezes, ignorados pelo Estado e pela sociedade que os discrimina e excluí.

Na segunda metade do Dossiê, o sexto artigo ***“Violencias filioparentales en tiempos de COVID-19: las presiones familiares, la escuela y crianza”*** apresenta uma discussão muito importante sobre como a pandemia tem impactado nas relações entre os membros de uma família, com especial atenção à violência filio parental intensificada nesse contexto. Ademais os autores também refletem como o contexto pandêmico tem desafiado às escolas para efetivação do ensino remoto e as consequências que o fechamento das instituições educativas trouxe às crianças e suas famílias. Assim, o texto discute as sequelas da pandemia para a vida das crianças e o papel da família para minimizá-las, principalmente no que se reflete a preservação dos valores, regras e relações de afeto, sendo este um processo contínuo de aprendizagem para os pais e para as crianças no cotidiano familiar.

Já o sétimo artigo desse Dossiê intitulado ***“Quando “o ficar em casa” é ficar na prisão, a COVID-19 e o isolamento das mulheres encarceradas na Penitenciária regional feminina de Campina Grande – PB”*** aborda a realidade de mulheres em situação de privação de liberdade no contexto pandêmico. A invisibilidade destas mulheres que parece arraigada na nossa sociedade se agravou em tempos de pandemia e de isolamento social. O artigo escancara a violação da dignidade humana no cárcere, tendo em vista, às condições degradantes a que as mulheres estão submetidas, mesmo em situação de pandemia em que a higiene e os protocolos de biossegurança são indispensáveis para minimizar os riscos de contaminação. O *isolamento do isolamento* trouxe às mulheres mais sofrimento, solidão e esquecimento social.

No oitavo artigo ***“La doble pandemia - violencia de género y coronavirus: un análisis comparativo entre Brasil y Colombia”*** traz uma reflexão importante sobre a violência de gênero que impõe às mulheres normas e controle que disciplinam seus corpos e que são muitas vezes naturalizados pela sociedade. Os autores apresentam dados que confirmam a violência de gênero como um problema que atravessa fronteiras e demonstram a situação de vulnerabilidade e de tensão a que estão submetidas às mulheres, especialmente, no contexto pandêmico que contribuiu significativamente para o agravamento dessa triste realidade.

O nono artigo **“Incidencia de la alteridad familiar en el desarrollo de conductas violentas en tiempos de COVID 19”**, com uma linha apurada, o artigo coloca no limbo as consequências de um mundo globalizado, ressaltando suas incertezas e contradições, sobretudo, sua incidência nas famílias, como as fraturas nos laços de apoio e carinho. O ponto ímpar da produção acadêmica é a análise do quão grave é a violência perpetrada no ambiente familiar, especialmente as condutas violentas sob a influência que exerce a COVID-19. Enfatiza-se a importância de uma abordagem da violência familiar em consequência da pandemia, desde o campo da investigação, a análise e interpretação de vários fenômenos, mas também, a intervenção social das famílias constituindo uma perspectiva de esperança, de possibilidades, oportunidades e potencial que os membros de qualquer família têm.

Por fim, o décimo artigo **“Os corpos vivos também não mais se tocam”**: escrita como recurso subjetivo para elaboração do mal-estar pandêmico, problematiza a forma de como lidar com o mal estar imposto pelas circunstâncias ligadas a Pandemia. O autor do artigo nos recorda, utilizando-se de uma linha psicanalítica e através de Crônicas renomadas, fazer uma crítica social ou análise da cultura a partir do momento específico, a constante *“morte sistemática das populações pobres”*. Por fim, nos convida à “crítica do cotidiano, crítica de si, catarse, teorização, auto-compreensão, transmissão de sensações e mensagens, elaboração estética em meio ao sofrimento e o império do medo.

Esperamos que este Dossiê possa humildemente, se somar a outras leituras sobre os efeitos da pandemia nos diversos contextos sociais, contribuindo para ampliar o debate e para nos instigar a novas relações com as pessoas e com o ambiente em que vivemos.

Lembramos que à Revista **Geoconexões Online** é de fluxo contínuo.

Dinaldo Silva Júnior (Editor e organizador)

Fabírcia Montenegro (organizadora)

Neida Albornoz Arias (organizadora)

Boa leitura!